

COP30: entre a vitrine do capital verde e a urgência de um projeto popular de transição ecológica



Mundano (Brasil), O Brigadista da Floresta, 2021. Mural de 46 metros de altura, feito com cinzas coletadas de

4 biomas brasileiros devastados pelo fogo. Releitura de O Lavrador de Café (1934), de Cândido Portinari.

Saudações do escritório Nuestra América do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

A 30ª Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, ou COP30, acaba de ser realizada na Amazônia brasileira. Para compreender melhor as dinâmicas em jogo, pedimos a contribuição de Bárbara Loureiro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para este debate:

A COP30, realizada em Belém do Pará, em plena Amazônia, entre os dias 10 a 21 de novembro, colocou na centralidade o debate sobre a crise climática. Ao mesmo tempo, revelou com nitidez o quanto a política ambiental segue capturada pelos interesses corporativos, pelo capital financeiro e pela racionalidade colonial que transforma florestas, rios, sol, vento e povos em objetos de gestão para benefício dos países ricos e das elites econômicas.

Mais do que um encontro diplomático, a COP30 funcionou como um espelho: de um lado, a celebração das chamadas “soluções de mercado” e da descarbonização financeira; do outro, e de forma paralela e autônoma, a força crescente do campo popular, que fez de Belém um território de denúncia, solidariedade internacionalista e construção de alternativas reais. Essa tensão atravessou todos os debates, decisões e disputas que marcaram o evento.

A política climática dominante baseia-se na ideia de que é possível enfrentar a crise ecológica sem enfrentar seus motores, ao acreditar que só é possível enfrentá-la por meio do seu alinhamento com os princípios do mercado: a acumulação capitalista, a exploração e expropriação colonial dos territórios e o poder das corporações transnacionais.

Em Belém, essa contradição ficou ainda mais evidente no contexto da celebração dos dez anos do Acordo de Paris. Apesar de ser amplamente saudado como um marco histórico, o Acordo não conseguiu colocar o mundo em uma rota viável de enfrentamento ao aquecimento global. Na prática, serviu apenas para aprofundar a regulamentação e a disseminação de mecanismos de financeirização da natureza, sem enfrentar as causas estruturais da crise climática.

As próprias projeções oficiais indicam um aquecimento em cerca de 2,5°C até o final do século, enquanto cortes profundos em emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), necessários para manter o aquecimento em “apenas” 1,5°C, continuam distantes e politicamente bloqueados.

A COP30 deixou ainda mais evidente que a política ambiental contemporânea está profundamente subordinada ao capital e estruturada por uma racionalidade colonial que persiste no século XXI. As decisões climáticas de âmbito internacional – que supostamente deveriam enfrentar a crise ecológica – não partem da conservação e recuperação dos ecossistemas, mas da necessidade de garantir a continuidade da acumulação, transformando florestas, rios, sol, vento e territórios em ativos financeiros estratégicos.

Essa lógica é articulada a partir de dois pilares centrais: a primazia absoluta da acumulação (que coloca as soluções de mercado acima da integridade ecológica) e a visão colonial que trata o Sul Global como zonas de sacrifício, destinadas a prestar “serviços ambientais” para manter o padrão

de vida e de consumo das potências do Norte. Assim, enquanto a Amazônia e os biomas são fatiados em métricas de carbono, “planos de manejo” e energias ditas renováveis, não há qualquer disposição internacional para enfrentar o núcleo do problema: o modo de produção capitalista, que continua definindo padrões tecnológicos, regulatórios e financeiros que aprisionam o Sul Global em um papel subalterno.



Coletivo MAHKU (Brasil), Rashuaka, 2022.

Promessas trilionárias, entregas simbólicas

O chamado Roteiro Baku–Belém prometeu mobilizar 1,3 trilhões de dólares para mitigação e adaptação. Mas é um gigante de papel: mistura recursos internacionais com fundos nacionais que muitos países sequer possuem, carece de mecanismos de monitoramento e segue a lógica do capital financeiro, que privilegia projetos de baixo risco mas com alto retorno econômico, exatamente o oposto das necessidades de adaptação dos países periféricos.

Governos, cientistas e especialistas criticaram a falta de mecanismos vinculantes, a ausência de clareza sobre as fontes reais dos recursos e a imprecisão das metas. O documento final da COP30 foi amplamente interpretado como insuficiente e desconectado da urgência climática. A principal crítica é de que não há garantias de implementação e não há instrumentos de responsabilização. Na prática, os países só concordaram em “se esforçar” para triplicar o financiamento, mas sem dizer quem paga, quanto e de onde vem o recurso financeiro.

Sem um financiamento climático robusto e redistributivo, as NDCs (planos nacionais de redução de emissões) permanecem frágeis e insuficientes. No caso brasileiro, por exemplo, embora o país apresente metas de reduzir entre 59% e 67% das emissões até 2035 (em relação a 2005), zerar o desmatamento ilegal até 2030 e eliminar todo o desmatamento até 2035, não há nenhum indicativo de que o modelo de produção do agronegócio – a origem do desmatamento – será enfrentado. Este é um modelo que segue em expansão, especialmente sobre o bioma amazônico, mesmo que seu discurso defenda que esta expansão predatória não faça parte de um suposto “agronegócio racional, moderno e tecnológico”, mas de uma parte atrasada da agropecuária.

Além disso, o governo brasileiro continua rendido pelo agronegócio, que captura as estruturas públicas, como empresas públicas, universidades e centros de pesquisa, em busca de um “esverdeamento”. Uma das consequências desta captura é que o governo se recusa a impor metas específicas e restritivas ao setor, **justamente o maior emissor de GEE do país**. Assim, as promessas climáticas convivem com a manutenção de um modelo agrícola que bloqueia avanços reais e impede a transformação estrutural necessária.

A vitrine brasileira e a armadilha para os povos

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), uma proposta do governo brasileiro para criar um financiamento global e permanente para a conservação de florestas tropicais e anunciado como uma grande inovação para proteger florestas, sintetiza a lógica colonial da financeirização. É concebido a partir da ideia de que a floresta só será preservada se ela tiver uma valoração econômica. Ou seja, a floresta não tem um valor em si, mas só será preservada se for aferida a ela um preço. Bilhões de dólares seriam captados por bancos multilaterais que comprariam títulos públicos e privados do Sul Global, e estes países terminam pagando juros aos mesmos agentes que “financiam” sua preservação. É um mecanismo que transfere riqueza do Sul para o Norte enquanto transforma florestas em ativos, territórios e modos de vida em métricas de risco.

Com pagamentos de no máximo quatro dólares por hectare e critérios que criminalizam práticas tradicionais, o TFFF não reduz o desmatamento nem enfrenta suas causas, mas apenas reforça o controle financeiro sobre a Amazônia. Não por acaso, países europeus recuaram diante do “alto risco”. As expectativas iniciais de 125 bilhões dólares se revelaram fantasia; nem a meta reduzida de 10 bilhões de dólares foi atingida até o final desta COP.

O mais preocupante é que esta iniciativa foi aceita por alguns segmentos progressistas e defendida, inclusive, enquanto um avanço por estes setores, ainda que represente um aprofundamento da financeirização da natureza, já que com o TFFF não somente o carbono será precificado, mas vários outros “serviços ambientais”. Tal tese vem na esteira de uma suposta defesa do protagonismo internacional do governo Lula frente ao tema ambiental. No entanto, este será um protagonismo esvaziado de sentido caso seu conteúdo não aponte a saídas concretas construídas pelos povos para a crise ambiental.



Denilson Baniwa (Brasil), Natureza morta 1, 2016.

O protagonismo das corporações na COP

A COP30 consolidou a captura corporativa da crise climática. Bancos e grandes transnacionais transformaram pavilhões, eventos e casas temáticas em centros de *lobby* e oportunidade de negócios. **A mídia corporativa recebeu patrocínios ambientais de empresas com extensos passivos socioambientais**, afetando a independência da cobertura. Uma cena reveladora mostrou **1.602 lobistas de combustíveis fósseis circulando livremente pelas negociações**, uma presença maior que a de quase todos os países, exceto a da própria delegação brasileira.

Embora o Brasil tenha defendido a construção de um “Mapa do caminho para a eliminação dos combustíveis fósseis”, o texto final não inclui qualquer compromisso concreto de eliminação do uso destes recursos, não estabeleceu datas para o fim da produção de petróleo, gás e carvão e ignorou recomendações científicas para um abandono rápido das fontes fósseis. A ausência desse compromisso foi considerada por especialistas internacionais um “fracasso estrutural” da COP30 e se deve à pressão direta do *lobby* dos países produtores e das empresas do setor.

Agronegócio: o general invisível da COP

O agronegócio atuou como um dos blocos mais organizados e influentes da COP30. Seus objetivos foram nítidos: apresentar-se como protagonista da solução climática por meio de soluções tecnológicas, ampliar seu acesso a financiamentos públicos e privados, bloquear regulações ambientais mais rígidas e direcionar o debate climático global conforme seus interesses.

Para isso, utilizou-se exaustivamente de termos como “agricultura regenerativa”, “agricultura tropical” e “bioeconomia”, discursos que procuram pintar de verde práticas baseadas em monoculturas, uso intensivo de agrotóxicos e expansão territorial. Essa estratégia apoia-se na narrativa de que o agronegócio brasileiro é altamente tecnológico e, portanto, automaticamente sustentável, mesmo quando seus impactos ambientais indicam o contrário.

O espaço liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) durante a COP30, a Agrizone, contou com forte patrocínio de corporações como Bayer e Nestlé, além de abrigar estruturas do próprio governo federal, e funcionou como vitrine privilegiada desse projeto: um ambiente de negócios, *lobby* e engenharia de reputação que reforça a captura corporativa da política climática.

Vale lembrar que o Brasil é um dos países com maior número de assassinatos de ambientalistas e lideranças dos povos do campo e da floresta no mundo. Este ato é a linha de frente antes da derrubada das florestas. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam um quadro alarmante: 2024 apresentou o segundo maior número de conflitos no campo desde 1985. A Amazônia permanece como a região mais vulnerável, e o estado do Pará, local da COP30, lidera registros de assassinatos e tentativas de assassinato. Esse cenário de violência estrutural está diretamente ligado à expansão do agronegócio e ao seu modelo de modernização conservadora, que aprofunda contradições históricas sobre uso, posse e propriedade da terra no Brasil, mas também sobre diferentes formas de compreender a relação entre humanidade e natureza.



Hulda Guzmán (República Dominicana), Venha dançar - convidou a natureza gentilmente, 2019-20.

A Cúpula dos Povos e o contraponto popular

Enquanto a COP30 expressava o avanço das cercas financeiras sobre a natureza, a Cúpula dos Povos, realizada entre 12 e 16 de novembro em paralelo à Conferência oficial, expressou a força da resistência. Foram mais de 25 mil inscritos, mais de 1.200 organizações articuladas e uma barqueata internacionalista com mais de 200 embarcações; a marcha global contou com 70 mil pessoas. Delegações de 60 países construíram um documento que denuncia o racismo ambiental, o poder das corporações e as falsas soluções do capitalismo verde, identificando o capitalismo como o motor da crise climática.

A Cúpula reafirmou que não há saída climática dentro do sistema que criou a crise, e que apenas a organização popular é capaz de enfrentar o inimigo comum: o capitalismo em suas expressões imperialistas, racistas e patriarcais.

A quantidade de manifestações em diversos espaços da COP30 e na Agrizone também expressaram um descontentamento com a incapacidade destas governanças globais lideradas sobretudo pela ONU, incapazes de apresentar soluções efetivas para os diversos conflitos globais.

A COP30 evidenciou que o debate climático também é um debate sobre modelo de sociedade, bem como demonstrado pelo dossiê do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, *A crise*

ambiental como parte da crise do capital. Para os movimentos populares, há três tarefas urgentes e necessárias:

1. **Politizar a disputa ambiental:** é fundamental seguir construindo a luta ambiental a partir do enfrentamento direto ao agronegócio e à mineração, setores que seguem intocados no centro das emissões e da destruição territorial. Politizar a disputa significa também denunciar as falsas soluções que vêm ganhando força, baseadas na financeirização da natureza, nos mercados de carbono e nos fundos “verdes” que aprofundam dependências e invisibilizam as causas estruturais da crise.
2. **Ampliar a mobilização popular:** Para que a agenda climática se torne força social transformadora, é urgente ampliar a capacidade de mobilização popular, fortalecendo organizações de base, territorializando o debate ambiental e conectando pautas como moradia, saneamento, alimentação, transporte, energia e acesso à terra com a luta climática.
3. **Construir um programa próprio de transição ecológica justa e popular:** os movimentos precisam projetar um programa de transição que enfrente o poder corporativo, recupere a centralidade dos bens comuns e reorganize a economia a partir das necessidades dos povos. Isso implica massificar a produção de alimentos saudáveis, fortalecer a agroecologia, garantir soberania energética e colocar água, solo, floresta e energia fora dos mercados financeiros.

A COP30 escancarou que a política climática dominante segue alinhada ao capital, e que não há saída capaz de enfrentar as causas estruturais da crise ecológica sob estes marcos. Ao mesmo tempo, mostrou que existe um caminho insurgente, construído por povos, movimentos e territórios que, no cotidiano, produzem as únicas soluções realmente enraizadas na vida e na justiça socioambiental.

A tarefa histórica diante de nós é transformar essa força social em projeto político: uma transição ecológica popular, anticolonial, agroecológica e anticapitalista, porque não há saída real para a crise climática sem ruptura com o modelo capitalista, e não há ruptura possível sem organização popular, sem luta coletiva e sem enfrentamento às estruturas que lucram com a devastação.

Saudações a todos e todas,

Bárbara Loureiro



Bárbara Loureiro faz parte da coordenação nacional do MST e é mestre em meio ambiente e desenvolvimento rural.

